

Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida

Brazilian family farmers' perception on their livelihoods

Le perception des agriculteurs familiaux brésiliens sur leurs conditions de vie

Percepción de los campesinos brasileños acerca de sus condiciones de vida

Gabriel Medina*

(gabriel.silva.medina@gmail.com)

Evandro Novaes*

(novaes_ufg@yahoo.com)

Recebido em 21/09/2013; revisado e aprovado em 10/12/2013; aceito em 05/04/2014

Resumo: O trabalho traz a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida a partir de entrevistas realizadas em 10.362 domicílios rurais em todas as regiões do país. Os agricultores percebem de forma positiva as condições de produção dentro da propriedade (incluindo área utilizada e mão de obra existente) e de forma negativa os resultados alcançados da porteira para fora (acesso a políticas públicas, inserção em mercados e relações sociais).

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Políticas públicas. Agricultura familiar.

Abstract: This paper presents the Brazilian family farmers' perception on their livelihoods based on interviews carried out with 10.362 farmers all over the country. The results reveals a positive perception family farmers have on their in-farm conditions for production (including land and labor availability) and a negative perception on their performance out of the farm (including access to public policies, markets and social relationships).

Key words: Local development. Public policies. Family farming.

Résumé: Cette étude présente le perception des agriculteurs familiaux au Brésil sur leurs conditions de vie à partir des interviews menées dans 10.362 ménages ruraux dans toutes les régions du pays. Les agriculteurs perçoivent positivement les conditions de production au sein de la propriété (zone utilisée et la main-d'oeuvre existante) et négativement les résultats obtenus dehors la propriété (marchés d'insertion, l'accès aux politiques publiques et à la vie sociale).

Mots-clés: Le développement local. Les politiques publiques. Agriculture familiale.

Resúmen: Este artículo muestra la percepción de los campesinos brasileños acerca de sus condiciones de vida desde encuestas hechas en 10362 domicilios rurales en todas las regiones del país. Los campesinos observan de forma positiva las condiciones de producción dentro de la propiedad (incluyendo área utilizada y mano de obra disponible) y de forma negativa los resultados alcanzados fuera de la propiedad (inserción hacia los mercados, acceso a políticas públicas y relaciones sociales).

Palabras clave: Desarrollo local. Políticas públicas. Agricultura campesina.

Introdução

Particularmente a partir do processo de construção da lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 2006), o governo federal brasileiro e pesquisadores têm se esforçado para revelar a importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento local e nacional. Avanços importantes foram feitos principalmente a partir de análises de dados censitários e de estudos de caso específicos (ver, por exemplo, SANTOS, MITJA, 2012).

O Censo Agropecuário de 1996 permitiu identificar a quantidade de estabelecimentos familiares no país e sua contribuição econô-

mica nas diferentes regiões, em contraste com a agricultura patronal (INCRA/FAO, 2000). Pesquisas também revelaram que a agricultura familiar representa um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, quando considerados tanto o componente agrícola quanto a indústria (GUILHOTO *et al.*, 2007).

A análise do Censo Agropecuário de 2006 chamou a atenção para a capacidade produtiva da agricultura familiar brasileira, que responde por 70% da produção de alimentos consumidos no país (FRANÇA *et al.* 2009). Esse desempenho, entretanto, não é homogêneo. Enquanto o segmento mais próspero da agricultura familiar brasileira aumentou sua participação na produção total

* Universidade Federal de Goiás, Goiás, Goiânia, Brasil.

entre 1996 e 2006, o segmento mais pobre não teve aumento (GUANZIROLI et al., 2013).

Estudos apontam as contribuições que a agricultura familiar pode ter para o desenvolvimento local e regional, inclusive das regiões mais pobres (WIGGINS, 2006). Esses estudos exploram tanto a importância da produção agrícola (WIGGINS et al., 2010) quanto de atividades não agrícolas em estabelecimentos pluriativos (PLOEG et al., 2000; SCHNEIDER, 2001) para o desenvolvimento local.

Apesar do conhecimento acumulado sobre a importância da agricultura familiar para a economia do país, as condições de vida dos agricultores são pouco conhecidas em escala nacional. Uma perspectiva que merece atenção especial como indicador do potencial de desenvolvimento local é a percepção dos próprios agricultores sobre suas condições de vida. Adicional aos dados objetivos do Censo e de estudos de caso, a percepção dos agricultores revela a perspectiva local para aspectos fundamentais do desenvolvimento, em contraste com a visão dos gestores públicos (CONTERATO et al., 2012).

Um primeiro tema central que merece análise é a condição de produção nos estabelecimentos familiares por revelar a percepção dos agricultores sobre os elementos fundamentais para a produção agrícola. Nos estabelecimentos estão os meios de produção que são fundamentais ao desenvolvimento local como terra e mão de obra (COSTA, 1995).

Outro aspecto fundamental é a percepção dos agricultores sobre os resultados alcançados na garantia de sua subsistência, inserção comercial e inserção social (MARQUES, 2010). O acesso às políticas públicas é também um elemento estrutural, principalmente considerando sua importância na garantia das condições de desenvolvimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998). Merecem destaque as políticas de apoio à produção agropecuária como crédito rural, assistência técnica e comercialização.

Finalmente, é importante contrastar a percepção dos agricultores familiares com outros segmentos rurais, como os agricultores não familiares e trabalhadores rurais. O contraste traz indicadores subjetivos, mas fundamentais para o entendimento da qualidade de vida das famílias e de sua autoestima.

O objetivo deste estudo é contribuir para o maior entendimento das condições de

vida dos agricultores familiares brasileiros a partir da percepção dos próprios agricultores sobre: 1) As condições de produção nas propriedades familiares; 2) Os resultados alcançados pelas propriedades incluindo subsistência, inserção nos mercados e relações sociais das famílias; 3) O acesso às políticas públicas de apoio à produção pela agricultura familiar; e 4) Suas condições de vida em contraste agricultores não familiares e trabalhadores rurais.

Na seção seguinte, a metodologia utilizada para a coleta e tratamento dos dados é descrita. A seção resultados e discussão traz uma análise sobre as condições de produção, os resultados alcançados com a produção, a percepção sobre as políticas públicas e a autoestima dos agricultores familiares. Nas considerações finais, são discutidas as principais lições sobre a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido mediante colaboração entre 27 universidades brasileiras e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os dados foram coletados em 16 estados das diferentes regiões brasileiras envolvendo 37 territórios rurais (Quadro 1). Os resultados foram compartilhados em um banco de dados comum denominado Sistema de Gestão Estratégica (SGE) para que os diferentes parceiros da pesquisa pudessem fazer análises comparativas.

Foram amostrados territórios rurais e da cidadania que são compostos por um conjunto de municípios com áreas com menores indicadores de desenvolvimento (Quadro 1). Os territórios identificados fazem parte de regiões com menor índice de desenvolvimento humano (IDH), maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, concentração de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária, concentração de populações quilombolas e indígenas, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico e com maior organização social (capital social). Portanto o estudo traz

os resultados da percepção dos agricultores familiares brasileiros vivendo em áreas economicamente menos desenvolvidas.

A lista de municípios que compõem os territórios foi obtida a partir do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a lista de setores censitários rurais de cada município foi obtida a partir da contagem de população de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir daí, foi elaborado um cadastro de domicílios rurais presentes nos setores censitários rurais dos municípios que compõem os territórios selecionados. Para a amostragem probabilística foi feito um sorteio em dois estágios: no primeiro, foram sorteados os setores censitários a partir da lista de municípios dos territórios; no segundo, sortearam-se os domicílios rurais dentro dos setores censitários selecionados na primeira etapa. O tamanho da amostra em cada território foi calculado com erro amostral máximo de 5% (WALTER, 2011). Em campo, para realizar uma amostragem sistemática, o número de domicílios do setor foi dividido pelo número de domicílios a ser entrevistado, resultando na quantidade de domicílios que não seria amostrado entre uma entrevista e outra.

Os dados foram coletados em um questionário-padrão chamado de Índices de Condições de Vida (ICV) com 24 perguntas feitas ao responsável pelo domicílio rural (WALTER, 2011). A maioria das questões acessa a percepção dos agricultores com o uso de uma escala qualitativa com os níveis ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo. As respostas ótima e boa de cada território de cada região foram tomadas para estimativa do percentual de agricultores com visão positiva sobre o tema abordado na questão. Devido a possíveis desvios amostrais, foram estimadas margens de erro com base em um intervalo de confiança de 95%, conforme equação a seguir:

$$e = 1,96 \sqrt{\frac{p \times (1 - p)}{n}}$$
, em que p é porcentagem estimada para o parâmetro em questão e n é o tamanho amostral, que na maioria das estimativas são os 4.327 domicílios rurais familiares amostrados.

Os indicadores levantados nas questões tratam da percepção dos agricultores sobre questões-chave, como condições e

produtividade da área, condições da mão de obra, escolaridade, infraestrutura disponível, acesso a mercados, a assistência técnica, a programas do governo e inserção social. Assim, os indicadores revelam a percepção dos indivíduos acerca do desenvolvimento por meio de múltiplas dimensões em função de disseminadas críticas à insuficiência das análises unidimensionais (CONTERATO et al., 2012).

Foram entrevistados 10.362 domicílios, sendo 4.342 domicílios de agricultores familiares e 6.020 de agricultores não familiares. Os agricultores familiares foram identificados de acordo com a definição legal (Lei n. 11.326), cujos requisitos são: possuir menos de quatro módulos fiscais, possuir trabalho principalmente da família, ter renda da família proveniente principalmente da produção, ser um estabelecimento administrado pela família e possuir até dois empregados permanentes. Entre os 4.342 agricultores familiares, 4.327 informaram ter produção na propriedade, e 15 não estavam produzindo. Entre os 6.020 agricultores não familiares, 3.648 informaram ter produção na propriedade, e 2.372 não produziam nada.

A maior parte dos agricultores que foi classificada como não familiar informou que a renda não provinha principalmente da produção no estabelecimento (42%) ou que tinha mais que dois empregados permanentes (34%). As demais razões para os agricultores serem classificados como não familiares foram: ter áreas acima de quatro módulos fiscais (9%), não possuir trabalho principalmente da família (8%) e não ser a família que administra o estabelecimento (7%). Por qualquer dessas razões, o estabelecimento foi classificado como não familiar. Os agricultores foram considerados sem produção quando responderam não ter produção em sua propriedade. Na maior parte dos casos, os agricultores não familiares sem produção são trabalhadores de fazendas e empreendimentos rurais.

Território	Número de entrevistas	Território	Número de entrevistas
Nordeste		Norte	
Do Alto Sertão - AL	250	Manaus e Entorno - AM	279
Do Sisal - BA	260	Baixo Amazonas - AM	288
Inhamuns Crateús - CE	260	Baixo Amazonas - PA	290
Baixo Parnaíba - MA	260	Nordeste Paraense - PA	270
Borborema - PB	260	Sudeste Paraense - PA	285
Sertão Do Pajeú - PE	240	Transamazônica - PA	285
Mata Sul - PE	503	Marajó - PA	260
Do Litoral Norte - AL	280	SUB TOTAL	1.957
Litoral Sul - BA	280	Centro-Oeste	
Sertão Central - CE	270	Da Reforma - MS	250
Sertões De Canindé - CE	270	Grande Dourados - MS	291
Vales do Curu e Aracatiaçu - CE	270	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG	270
Lençóis Maranhenses/Munin - MA	268	Vale Do Rio Vermelho - GO	250
Do Agreste - AL	270	Bico Do Papagaio - TO	281
Agreste Meridional - PE	280	SUB TOTAL	1.342
Mato Grande - RN	295	Sudeste	
Sertão Do Apodi - RN	270	Médio Jequitinhonha - MG	250
Açu-Mossoró - RN	270	Noroeste De Minas - MG	260
SUB TOTAL	5.056	Serra Geral - MG	402
Sul		Vale Do Mucuri - MG	250
Vale Do Ribeira - PR	307	Pontal Do Paranapanema - SP	258
Zona Sul Do Estado - RS	280	SUB TOTAL	1.420
SUB TOTAL	587	TOTAL	10.362

Quadro 1 - Territórios selecionados para o levantamento de campo.

Resultados e discussão

Condições de produção

Para analisar as condições que os agricultores têm como base para a produção, foram identificados os seguintes indicadores: área utilizada para a produção, características da mão de obra familiar, escolaridade dos membros da família e infraestrutura nos domicílios. Os resultados revelam que a maioria dos agricultores familiares tem percepção positiva sobre as condições de produção na propriedade (Tabela 1), sugerindo um excelente ponto de partida para o desenvolvimento local.

Referente à área, considerando a situação da área utilizada para a produção (tamanho e possibilidade de aproveitamento), 53% do total de domicílios familiares responderam de forma positiva, considerando a situação boa ou ótima. Também foi positiva a percepção sobre o resultado da produção levando em conta a área utilizada para 43%

dos domicílios. Entre as regiões brasileiras, os resultados foram significativamente melhores para o Centro-Oeste e Norte, que obtiveram avaliações respectivas de 57% e 60% para a situação da área e 44% e 51% resultado da produção. Esse resultado pode indicar que os agricultores que estão em área de fronteira agrícola percebem maior disponibilidade de terras para produção.

Referente à mão de obra familiar, em 75% dos domicílios nenhum membro ou poucos membros tiveram que sair do estabelecimento para trabalhar fora. Esse número é menor nas regiões Sudeste e Sul (55%), possivelmente pela existência de alternativas de renda. A região Norte é a que possui a menor proporção de membros trabalhando fora da propriedade, com 91% dos domicílios relatando que nenhum membro ou poucos membros trabalham fora.

A figura 1 revela dados objetivos sobre a situação da mão de obra familiar nos domicílios pesquisados. Os dados indicam que as regiões Norte e Nordeste apresentam famílias mais numerosas (Figura 1a). Em todas as

regiões um pequeno percentual de membros trabalha fora da propriedade (Figura 1b),

sugerindo que a força de trabalho está concentrada nas atividades da propriedade.

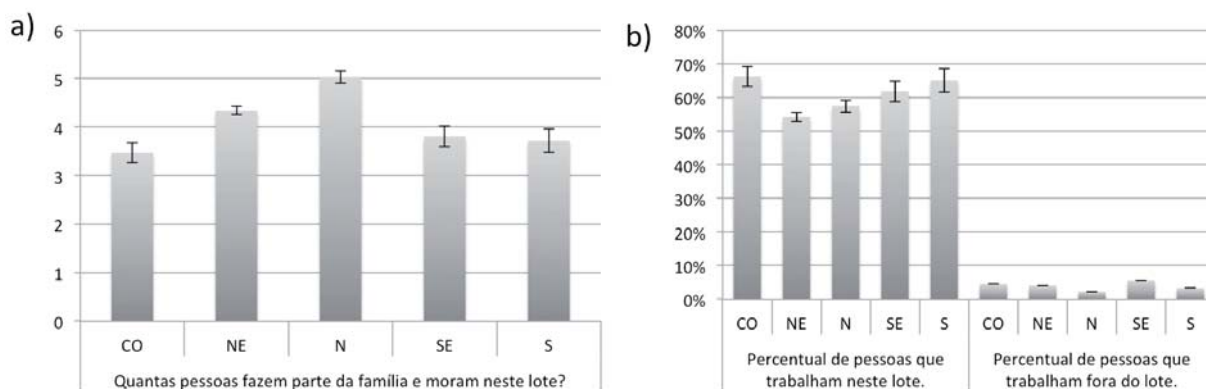


Figura 1 - Situação da força de trabalho nos domicílios familiares com produção (N = 4.327)

Adicionalmente, a avaliação sobre a quantidade de pessoas trabalhando na propriedade e as características da força de trabalho também foi positiva em 40% e 44% dos domicílios respectivamente. A produtividade do trabalho é avaliada de forma mediana, com apenas 31% dos entrevistados tendo uma visão positiva sobre o resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho. Isso pode indicar que a produtividade do trabalho pode ser melhorada, por exemplo, com a agregação de tecnologia.

Sobre a escolaridade dos membros da família, 46% dos entrevistados consideram que a situação está positiva. No entanto a figura 2 revela baixa taxa de escolaridade dos adultos e resultados medianos sobre a alfabetização de jovens. Por outro lado, há boa porcentagem de atendimento à escola entre aqueles em idade escolar. Vale, no entanto, ressaltar que estudos recentes revelam que a presença massiva na escola é uma tendência mundial, embora nem sempre esteja relacionada a bons índices de aprendizado (BANERJEE; DUFLO, 2011).

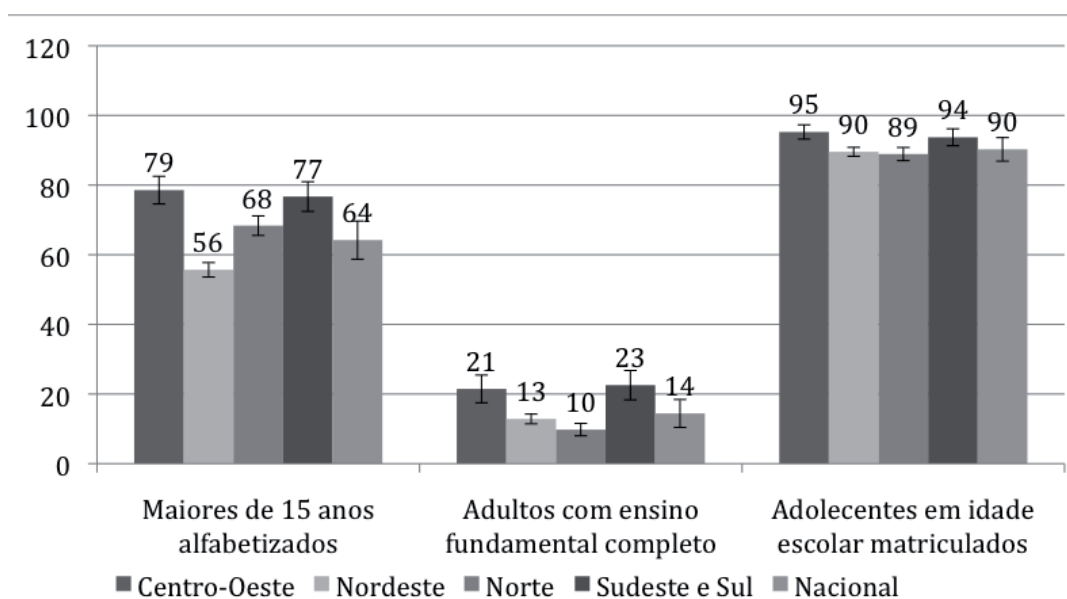


Figura 2 - Porcentagem de escolaridade nos domicílios familiares com produção (N = 4.327)

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

O acesso à infraestrutura básica como água tratada e energia elétrica é importante não só para melhorar o bem-estar das famílias mas também para oferecer melhores condições para a produção, beneficiamento e armazenamento dos produtos. No quesito infraestrutura, os resultados foram bastante

positivos (Figura 3). A maioria dos domicílios tem energia elétrica, água dentro ou próximo de casa, fogão a gás, geladeira e telefone, com exceção da região norte. Os dados também indicam que o acesso a computadores ainda é uma realidade distante da agricultura familiar brasileira.

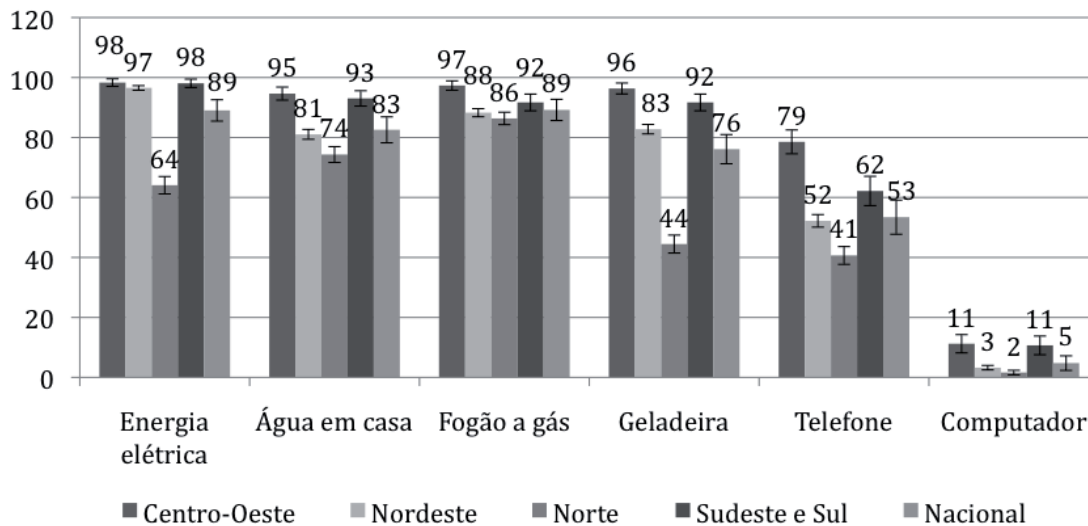


Figura 3 – Percentagem de infraestrutura doméstica nos domicílios familiares (N = 4.327)

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Tabela 1– Percentagem de percepção positiva (boa e ótima) dos agricultores familiares brasileiros sobre as condições de produção no domicílio (N = 4.327)*.

	1.1 Área		1.2 Mão de obra			1.3 Educação	
	1.1.1 Área	1.1.2 Produção	1.2.1 Permanência	1.2.2 Quantidade	1.2.3 Características**	1.2.4 Produção	1.3.1 Escolaridade
Centro-Oeste	57,07 ± 4,79	44,88 ± 4,81	77,86 ± 4,02	50,24 ± 4,84	51,95 ± 4,84	33,90 ± 4,58	50,73 ± 4,84
Nordeste	48,79 ± 2,09	38,00 ± 2,03	73,35 ± 1,85	35,88 ± 2,01	41,29 ± 2,06	26,38 ± 1,85	46,85 ± 2,09
Norte	60,28 ± 2,95	51,75 ± 3,02	91,85 ± 1,65	45,69 ± 3,01	48,91 ± 3,02	37,54 ± 2,92	43,70 ± 2,99
Sudeste e Sul	54,30 ± 5,01	45,70 ± 5,02	55,56 ± 5,00	43,62 ± 4,99	45,99 ± 5,02	35,46 ± 4,82	49,70 ± 5,03
Nacional	53,24 ± 5,69	43,20 ± 5,65	75,51 ± 4,91	40,84 ± 5,61	44,89 ± 5,68	31,23 ± 5,29	46,89 ± 5,69

* Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

** Idade, escolaridade e capacidade da mão de obra familiar.

Legenda (pergunta realizada):

1.1.1 Área - Como está a situação da área utilizada para a sua produção? (p 2)

1.1.2 Produção - Como está o resultado da produção levando em conta a área utilizada? (p 11)

1.2.1 Permanência - Os membros da família tiveram de sair do domicílio/estabelecimento para trabalhar fora? (p 19) (Nenhum membro, poucos, boa parte, quase todos, todos) (p 19)

1.2.2 Quantidade - Na sua opinião, em relação à quantidade de pessoas de sua família que está trabalhando a situação está... (p 1.1)

1.2.3 Características - Em relação às características da mão de obra da família que está trabalhando (idade, escolaridade, capacidade) (p 1.2)

1.2.4 Produção - Como está o resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho utilizada (produtividade do trabalho: capacidade de produzir, quantidade e qualidade)? (p 10)

1.3.1 Escolaridade - Sobre a escolaridade dos membros da família, você acha que a situação está... (p 3)

Resultados da produção

Os agricultores familiares percebem resultados positivos da sua produção para a subsistência, mas negativos para a inserção em mercados e para a vida social. Isso sugere dificuldades enfrentadas pelos agricultores da porteira para fora, ou seja, na interação com os mercados e com a sociedade local. Também aponta para a necessidade de análise sobre a atuação das políticas públicas em apoio ao segmento.

Subsistência - Sobre o resultado para subsistência, os agricultores consideraram positivas as condições de alimentação, de saúde e de moradia dos membros da família. Foram avaliadas como boas ou ótimas as condições de alimentação e nutrição por 56% dos entrevistados e as condições de saúde por 50% dos entrevistados (Tabela 2). Já as condições de moradia foram avaliadas como boas ou ótimas por 56% dos domicílios.

Inserção no mercado - Acerca da inserção comercial, a percepção é negativa sobre

a variedade da produção da propriedade, a variedade das fontes de renda e a situação da renda (Tabela 2). A produção e a renda são consideradas variadas ou muito variadas por apenas 31% e 17% das famílias entrevistadas. A exceção foi a região Centro-Oeste, que apresentou maior variedade de produção e renda (42% e 27%).

Os agricultores enfrentam diferentes desafios para garantir a venda da produção e a compra de insumos incluindo a atuação de intermediários (atravessadores), condições de acesso e oportunidades de venda dos produtos (Figura 4). A presença de intermediários é considerada positiva por muitos agricultores, que não contam com apoio de cooperativas de comercialização ou de acesso direto a feiras-livres e outros espaços de comércio. Especialistas indicam problemas no mercado das áreas rurais e, por isso, são prioritárias as políticas públicas de comercialização em favor dos agricultores familiares principalmente com vistas a conectar oferta e demanda (WIGGINS, 2006).

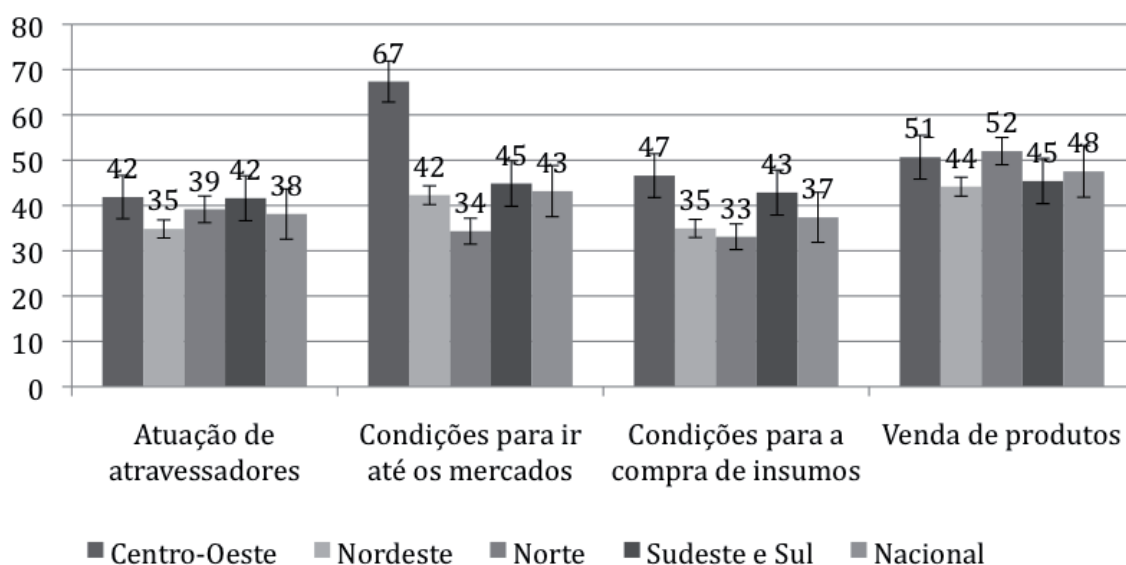


Figura 4 - Porcentagem de domicílios familiares que avaliam como positivo (bom ou ótimo) os seguintes indicadores de mercado (N = 4.327)*.

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

A situação atual da renda é considerada positiva por apenas 24% das famílias, embora a avaliação seja de que a renda aumentou nos últimos cinco anos para 61% das famílias (Tabela 2). Em relação às outras regiões, os agricultores do Centro-Oeste ava-

liaram a renda de forma positiva em maior proporção (31%). Os territórios nessa região têm boas condições relativas de acesso a mercados de grandes centros consumidores facilitadas pelas condições viárias e pelo clima com menor incidência de chuvas, o

que viabiliza o transporte para o comércio e geração de renda.

Em relação às diferentes fontes de renda dos domicílios familiares, os dados indicam que a maior parte dos agricultores possui renda proveniente da produção agropecuária (Figura 5). Em todas as regiões, mais de 80% dos agricultores familiares afirmaram possuir renda dessa fonte, que inclui produção

agrícola, pecuária, pesqueira e extrativista. Destaca-se também a porcentagem de famílias assistidas por programas de transferência de renda, principalmente nas regiões Nordeste e Norte. Em contraste, as atividades não agrícolas relacionadas ao conceito de pluriatividade como, por exemplo, turismo rural, não representa fonte de renda para quase a totalidade dos agricultores familiares brasileiros.

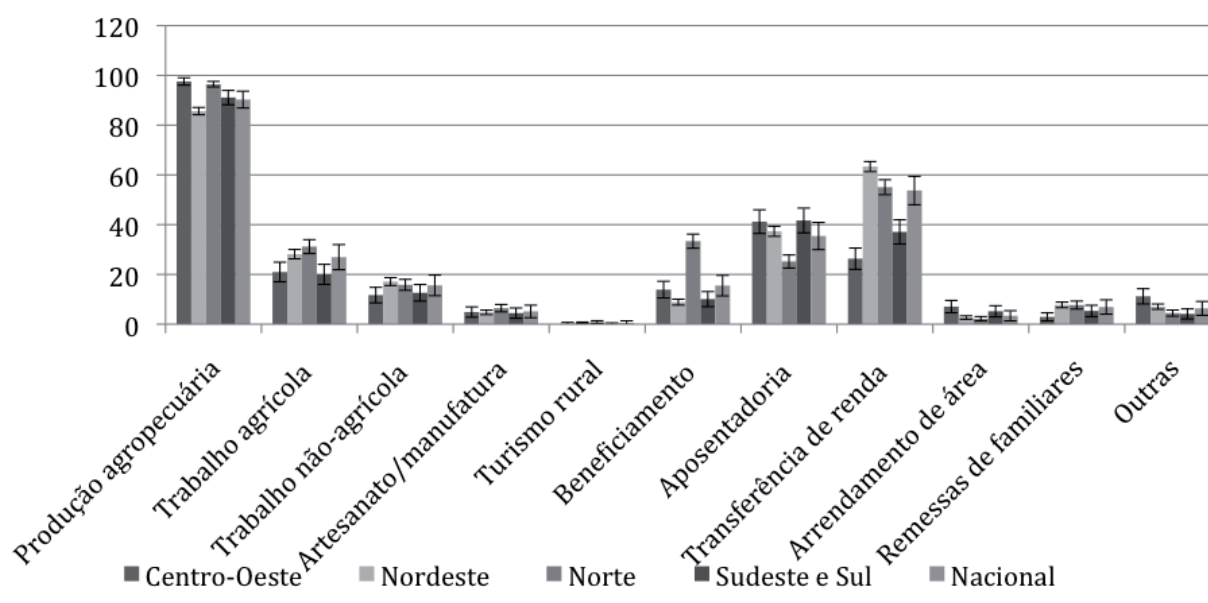


Figura 5 – Porcentagem de domicílios familiares que indicaram ter ganhos em dinheiro provenientes de diferentes fontes (N = 4.327)*.

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Inserção social – O questionário também avaliou a percepção dos agricultores sobre sua inserção social. A participação política e acesso à cultura foram avaliados positivamente por 45% e 40% dos domicílios.

A participação em organizações comunitárias foi mais bem avaliada, sendo positiva para 52% dos domicílios. O destaque é para a maior inserção cultural dos agricultores da região Norte (57%).

Tabela 2 - Porcentagem de percepção positiva (boa e ótima) dos agricultores familiares brasileiros sobre os resultados da produção para a subsistência, inserção no mercado e vida social (N = 4.327)*.

	2.1 Subsistência			2.2 Inserção no mercado			2.3 Inserção social			
	2.1.1 Alimentação	2.1.2 Saúde	2.1.3 Moradia	2.2.1 Variedade produção	2.2.2 Variedade renda	2.2.3 Renda atual	2.2.4 Evolução renda	2.3.1 Organizações	2.3.2 Política	2.3.3 Cultural
Centro-Oeste	75.43 ± 4,17	60.34 ± 4,74	62.20 ± 4,69	42.44 ± 4,78	27.56 ± 4,33	31.46 ± 4,49	58.64 ± 4,77	54.74 ± 4,82	34.55 ± 4,60	36.74 ± 4,67
Nordeste	50.16 ± 2,10	46.75 ± 2,09	56.86 ± 2,08	29.04 ± 1,90	15.83 ± 1,53	23.08 ± 1,77	62.56 ± 2,03	50.34 ± 2,10	49.00 ± 2,09	35.48 ± 2,00
Norte	52.42 ± 3,01	49.86 ± 3,02	50.52 ± 3,02	27.58 ± 2,70	17.06 ± 2,27	24.83 ± 2,61	64.64 ± 2,88	59.43 ± 2,96	46.92 ± 3,01	57.63 ± 2,98
Sudeste e Sul	74.22 ± 4,40	57.04 ± 4,98	61.57 ± 4,90	37.09 ± 4,86	19.58 ± 4,00	25.82 ± 4,41	53.19 ± 5,02	50.37 ± 5,03	39.11 ± 4,91	33.63 ± 4,76
Nacional	56.84 ± 5,65	50.39 ± 5,71	56.55 ± 5,66	31.21 ± 5,29	17.83 ± 4,37	24.73 ± 4,92	61.24 ± 5,56	52.97 ± 5,70	45.59 ± 5,68	40.70 ± 5,61

*Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Legenda (pergunta realizada):

2.1.1. Alimentação - As condições de alimentação e nutrição (quantidade e qualidade) de sua família estão... (p 17)

2.1.2. Saúde - As condições de saúde de sua família estão... (p 18)

2.1.3. Moradia - O que você acha das condições de moradia da família? (p 4)

2.2.1. Variedade da produção - Você acha que sua produção é... (p 12) (Muito variada, variada, mais ou menos variada, pouco variada, nada variada)

2.2.2. Variedade da renda - As fontes de renda ou de ganhos em dinheiro em sua família são... (p 13) (Muito variadas, variadas, mais ou menos variadas, pouco variadas, nada variadas)

2.2.3. Renda atual - O que você acha da situação de renda de sua família (quantidade de dinheiro que sobra)? (p 9)

2.2.4. Evolução da renda - Você acha que a situação econômica (financeira) de sua família nos últimos cinco anos... (p 20) (Melhorou muito, melhorou, não mudou, piorou, piorou muito)

2.3.1. Em organizações - A participação de sua família em organizações comunitárias está... (participa, por exemplo, de cooperativas, associações, igrejas, clubes, grupos etc.) (p 22)

2.3.2. Na política - A participação política de sua família está... (participa, por exemplo, de eleições, conselhos, sindicatos, assembleias, reuniões etc.) (p 23)

2.3.3. Cultural - A participação de sua família em atividades culturais na localidade está... (participa, por exemplo, de grupos de danças ou de cantos, preservação de tradições etc.) (p 24)

Percepção sobre as políticas públicas

Parte da avaliação ruim sobre a inserção comercial e social dos agricultores familiares pode estar relacionada com o baixo acesso às políticas públicas. Resultados positivos (bons e ótimos) foram obtidos em apenas: 25% dos entrevistados sobre as condições para participar de programas do governo, 21% para ter acesso a crédito, 19% para receber assistência técnica e 34% sobre as condições de acesso a mercado (Tabela 3). A avaliação foi mais positiva sobre a participação em programas do governo no Nordeste (27%). Sobre crédito, assistência técnica e acesso a mercado a avaliação foi mais positiva no Centro-Oeste (com 26% 31%, 37% respectivamente).

Além das políticas públicas, as organizações dos próprios agricultores muitas vezes também cumprem o papel de apoiar na inserção comercial e social, facilitando sua integração da porteira para fora. A atuação das organizações dos agricultores (cooperativas, associações, sindicatos, grupos de troca de experiências, movimentos sociais) foi avaliada positivamente por 34% dos domicílios com destaque novamente para o Centro-Oeste. A figura 6 indica que grande parte dos agricultores familiares brasileiros não vende por cooperativas ou associações, com as regiões Centro-Oeste e Sul e Sudeste com resultados um pouco melhores, embora inferiores a 50% dos casos.

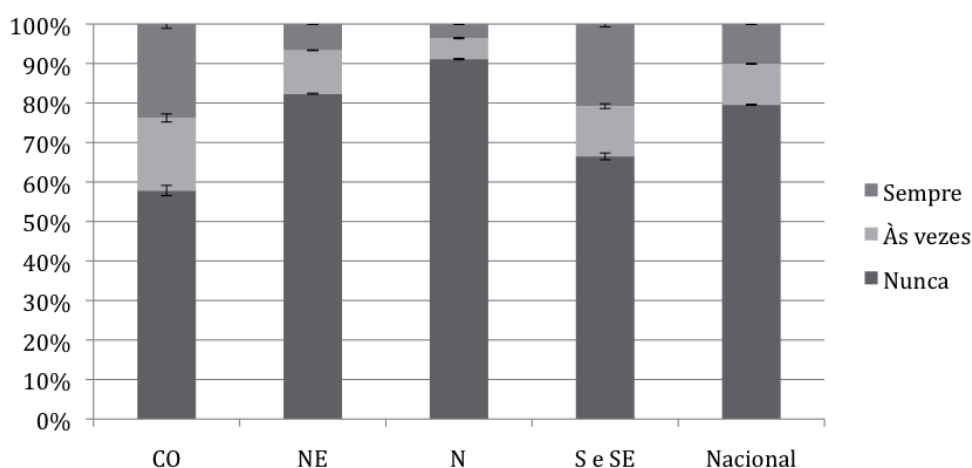


Figura 6 - Resposta dos agricultores familiares entrevistados para a pergunta "Você vende seus produtos para cooperativas ou por meio de associações?" (N = 4.327)*

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Tabela 3 - Porcentagem de percepção positiva (boa e ótima) dos agricultores familiares brasileiros sobre o acesso a políticas públicas e apoio de organizações locais (para 4.327 entrevistados)

	3.1 Políticas				3.2 Organizações
	3.1.1 Programas	3.1.2 Crédito	3.1.3 ATER	3.1.4 Mercado	3.2.1 Instituições
Centro-Oeste	26.06 ± 4,25	26.59 ± 4,28	30.98 ± 4,48	54.88 ± 4,82	37.56 ± 4,69
Nordeste	27.04 ± 1,86	20.42 ± 1,69	16.47 ± 1,55	31.81 ± 1,95	35.50 ± 2,01
Norte	21.86 ± 2,49	18.39 ± 2,34	16.41 ± 2,23	28.15 ± 2,71	30.05 ± 2,77
Sudeste e Sul	23.22 ± 4,25	23.59 ± 4,27	24.48 ± 4,33	37.83 ± 4,88	34.42 ± 4,78
Nacional	25.09 ± 4,95	21.01 ± 4,65	19.09 ± 4,48	34.04 ± 5,41	34.20 ± 5,41

*Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Legenda (pergunta realizada):

3.1.1. Programas do governo - Sobre os programas do governo, você acha que as condições para conseguir participar são... (p 6)

3.1.2. Crédito - Sobre as condições para ter crédito/financiamento para a sua produção, acha que são... (p 7.1)

3.1.3. ATER - As condições para receber assistência técnica para a sua produção são... (p 7.2)

3.1.4. Mercado - Na sua opinião, as condições de acesso aos mercados são... (p 5)

3.2.1. Instituições - Como avalia a atuação de instituições e organizações em sua localidade (cooperativas, associações, sindicatos, grupos de troca de experiências, movimentos sociais)? (p 8)

Autoestima dos agricultores familiares

Esta seção traz uma comparação da percepção dos agricultores familiares com os agricultores não familiares com e sem produção. Os resultados revelam que as condições de produção são percebidas de forma muito parecida pelos agricultores familiares e não familiares com produção (Tabela 4). Relativo à subsistência, os agricultores não familiares consideram ainda melhor sua situação de alimentação e saúde. Relativo à integração do mercado, os agricultores familiares consideram sua produção e renda mais diversificadas. Referente à inserção social, a participação em organizações locais é percebida de forma mais positiva entre os agricultores familiares.

A maior parte das políticas é percebida de forma pouco mais acessível pelos agricultores familiares do que os agricultores não familiares com produção, com exceção da assistência técnica (Tabela 4).

Referente às fontes de renda, observa-se que uma porcentagem significativamente maior de agricultores familiares indicou ter renda da produção agropecuária (90,30%) e do beneficiamento de produtos (15,5%) em comparação com os não familiares com produção (69,90% e 8,30% respectivamente) (Figura 7). Já uma maior porcentagem de não familiares indicou ter renda de trabalho para terceiros, trabalho não agrícola, aposentadoria e outras fontes de renda.

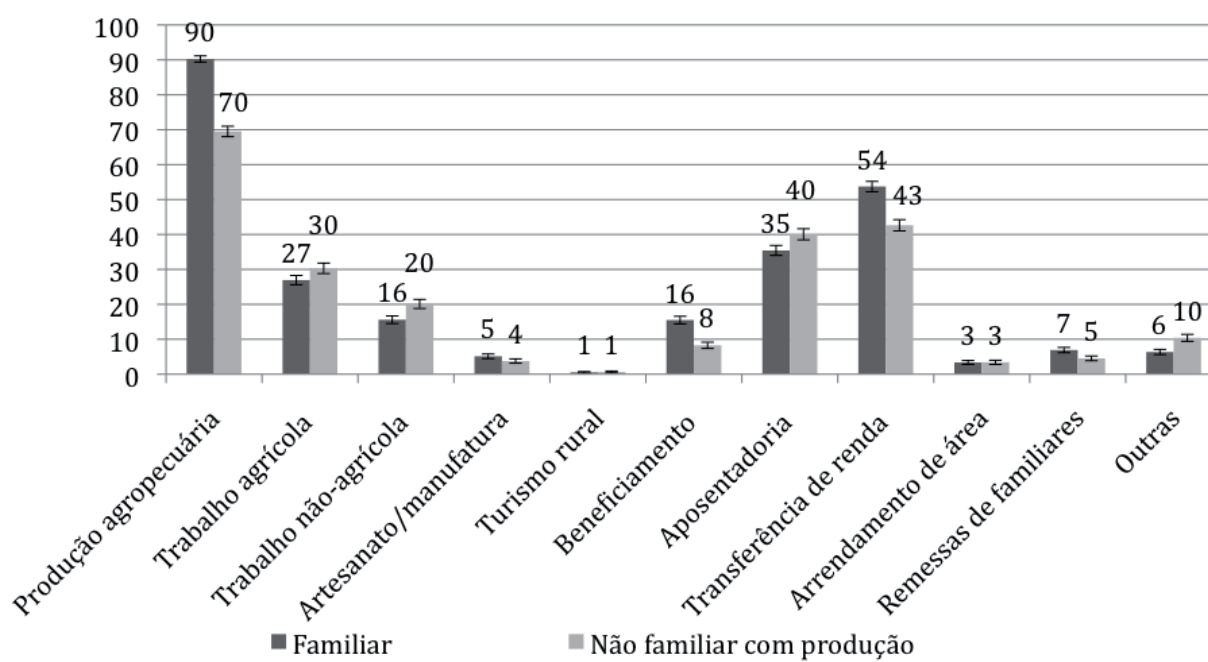


Figura 7 – Porcentagem de domicílios familiares com produção (N = 4.327) e não familiares com produção (N = 3.648) que indicaram ter ganhos em dinheiro proveniente das seguintes fontes de renda*.

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Já os domicílios não familiares sem produção apresentam percepção menos positiva que os agricultores familiares. Esses domicílios perceberam menos positivamente

a melhoria na situação econômica nos últimos cinco anos, participam menos em organizações comunitárias, na vida política e em atividades culturais (Tabela 4).

Tabela 4 - Comparação porcentual dos indicadores positivos (bom e ótimo) ente domicílios familiares com produção (N = 4.327), não familiares com produção (N = 3.648) e não familiares sem produção (N = 2.372)*.

		Familiar	Não familiar com produção	Não familiar sem produção
1 Condições de produção				
1.1 Área	1.1.1. Área	53.23 ± 1.48	50.76 ± 1.62	-
	1.1.2. Produção	43.2 ± 1.47	39.15 ± 1.58	-
1.2 Mão de obra	1.2.1. Permanência	75.65 ± 1.27	70.47 ± 1.48	77.86 ± 1.67
	1.2.2. Quantidade	40.84 ± 1.46	39.88 ± 1.59	-
	1.2.3. Características	44.89 ± 1.48	42.02 ± 1.60	-
	1.2.4. Produção	31.23 ± 1.38	31.88 ± 1.51	-
1.3 Subsistência	1.3.1. Alimentação	56.93 ± 1.47	61.76 ± 1.57	58.35 ± 1.98
	1.3.2. Saúde	50.4 ± 1.48	51.59 ± 1.62	53.42 ± 2.01
	1.3.3. Moradia	56.55 ± 1.47	56.06 ± 1.61	-
2 Resultados				
2.1 Mercado	2.1.1. Variedade da produção	31.21 ± 1.38	27.04 ± 1.44	-
	2.1.2. Variedade da renda	17.83 ± 1.14	14.64 ± 1.14	-
	2.1.3. Renda atual	24.73 ± 1.28	29.22 ± 1.45	-
	2.1.4. Evolução da renda	61.26 ± 1.45	61.21 ± 1.58	58.34 ± 1.98
2.2 Inserção social	2.2.1. Em org.	53.08 ± 1.48	51.81 ± 1.62	49.49 ± 2.01
	2.2.2. Na política	45.61 ± 1.48	46.14 ± 1.61	40.77 ± 1.98
	2.2.3. Cultural	40.79 ± 1.46	37.88 ± 1.57	35.41 ± 1.92
3 Políticas públicas				
3.1 Políticas	3.1.1. Programas do governo	25.09 ± 1.29	24.39 ± 1.39	-
	3.1.2. Crédito	21.01 ± 1.21	20.48 ± 1.30	-
	3.1.3. ATER	19.09 ± 1.17	20.77 ± 1.31	-
	3.1.4. Mercado	34.04 ± 1.41	31.74 ± 1.51	-
3.2 Organização	3.2.1. Instituições	34.2 ± 1.41	34.45 ± 1.54	-

*Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Considerações finais

Os dados revelam grande potencial de desenvolvimento local a partir das condições de produção existentes nas propriedades familiares brasileiras, incluindo área utilizada para a produção, mão de obra, educação dos membros da família e infraestrutura domiciliar. Os resultados revelam ainda a satisfação dos agricultores com a garantia da subsistência da família. Na perspectiva dos agricultores, as condições de produção internas ao estabelecimento, isto é, da porteira para dentro, são positivas e não apresentam restrições a seu desenvolvimento.

A essência das atividades de geração de renda, para a grande maioria das famílias, está concentrada na produção agropecuária (Figura 5). Esse fato revela a importância da produção agrícola para o desenvolvimento local, conforme sugerido por Wiggins et al. (2010). Em contraste, as atividades não agrícolas relacionadas ao conceito de pluriatividade como, por exemplo, turismo rural, embora sejam uma alternativa vislumbrada na Europa e no Sul do Brasil (PLOGG et al., 2000; SCHNEIDER, 2001), não correspondem ao cotidiano da maior parte dos agricultores familiares brasileiros (Figura 5).

Apesar do potencial interno ao estabelecimento vinculado à produção agropecuária,

os agricultores percebem dificuldades para sua inserção comercial. Os dados revelam que as dificuldades para lidar com o mercado são grandes e o apoio das políticas públicas é limitado. Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento local da agricultura familiar é sua inserção na sociedade local (MARQUES, 2010). Os resultados medianos para esses indicadores levam a supor a necessidade de apoio para garantir que os agricultores ampliem sua organização e representação na sociedade local.

Para apoiar os agricultores da porteira para fora tanto na inserção comercial quanto social, as políticas públicas são consideradas fundamentais (ABRAMOVAY, 1998). Não obstante, os resultados revelaram a avaliação pouco positiva dos agricultores sobre as condições de acesso às políticas de crédito, assistência técnica e comercialização. Esses foram os indicadores com a avaliação menos positiva em toda a pesquisa.

De forma mais global, os agricultores familiares apresentaram percepção positiva quando comparada à dos demais segmentos rurais, em particular a dos agricultores não familiares sem produção (principalmente representados pelos trabalhadores rurais). Esse aspecto subjetivo indica que os agricultores familiares estão motivados e aponta para possibilidades de consolidação dessa situação com a manutenção da valorização do segmento e a garantia de políticas de apoio.

Mais do que apoio na parte de produção da porteira para dentro, a perspectiva dos agricultores familiares brasileiros aponta para a necessidade prioritária de apoio da porteira para fora, para a melhoria do acesso a mercados, a políticas públicas e a ações de promoção social. O acesso mais democrático às políticas públicas nas diferentes regiões do país deve contribuir para reverter a diferença de desempenho econômico dos diferentes setores da agricultura familiar apontado por Guanziroli et al. (2013). Essas ações podem contribuir para sua consolidação e, consequentemente, para o desenvolvimento local no Brasil, particularmente nos municípios com grande influência da economia rural.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. *Poor economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty*. New York: Public Affairs, 2011.
- CONTERATO, M.; RAMBO, A.; SCHNEIDER, S.; MÉGUI Del Ré, C. O índice de condições de vida (ICV) como instrumento para a gestão territorial do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOBER, 50., Vitória. *Anais...* Vitória: SOBER, 2012.
- COSTA, F. O investimento camponês: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 83-100, 1995.
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.
- GUILHOTO, J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G. *PIB da agricultura familiar: Brasil-estados*. Brasília: MDA, 2007.
- GUANZIROLI, C.; BUAINAIN, A.; SABBATO, A. Family farming in Brazil: evolution between the 1996 and 2006 agricultural censuses. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 40, n. 5, p. 817-843, nov. 2013.
- INCRA/FAO. *Novo retrato da agricultura familiar*. O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. (FAO/BRA 036).
- MARQUES, E. C. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- PLOEG, J. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUSMÁN, E.; VENTURA, F. From practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.
- SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. *Interações*, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, abr. 2001.
- WALTER, M. I. *Estimação do ICV em 37 territórios rurais: relatório conjunto da pesquisa de campo das células de acompanhamento e informação*. Brasília: IICA, MDA, SDT, 2011. 88p. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- WIGGINS, S. *Agricultural growth and poverty reduction: a scoping study*. Working Paper 2, IDRC Globalization, Growth and Poverty Working Paper Series. Ottawa: International Development Research Centre, 2006.
- WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBI, L. The future of small farms. *World Development*, v. 38, n. 10, p. 1341-1348, jul. 2010.